

Uma fonte segura de inspiração frente aos desafios do setor

Para uma boa tomada de decisão, precisamos identificar com precisão o que provocou a expressiva redução de alguns dos índices de criminalidade e violência letal no país desde 2018

O Fonte Segura inaugura uma nova forma de analisar a área da segurança pública. Nela, o factual conecta-se com as condições estruturais que determinam os rumos e sentidos da área. E, como parte dessa abordagem, todas as semanas um tema entre os que foram notícia na semana anterior e/ou geraram debates nas redes sociais será escolhido para uma reflexão mais aprofundada frente às evidências científicas ou dados disponíveis.

Nesta edição inaugural, o tema que chamamos ao debate é a expressiva redução de alguns dos índices de criminalidade e violência letal que o país observa desde o início de 2018. O Brasil experimenta uma importante inversão de tendências em alguns tipos de crimes e, em sentido inverso, vivencia o recrudescimento dos feminicídios e das mortes decorrentes de intervenção policial.

E, para uma boa tomada de decisão, mais do que buscar explicações simples ou baseadas em preferências políticas, precisamos identificar com precisão o que provocou esses movimentos para que políticas públicas possam ser aperfeiçoadas. E isso só será possível com bons sistemas de monitoramento e avaliação de programas e ações. Assim, é louvável que União e várias Unidades da Federação estejam investindo milhões de reais em estruturar plataformas tecnológicas de informações criminais.

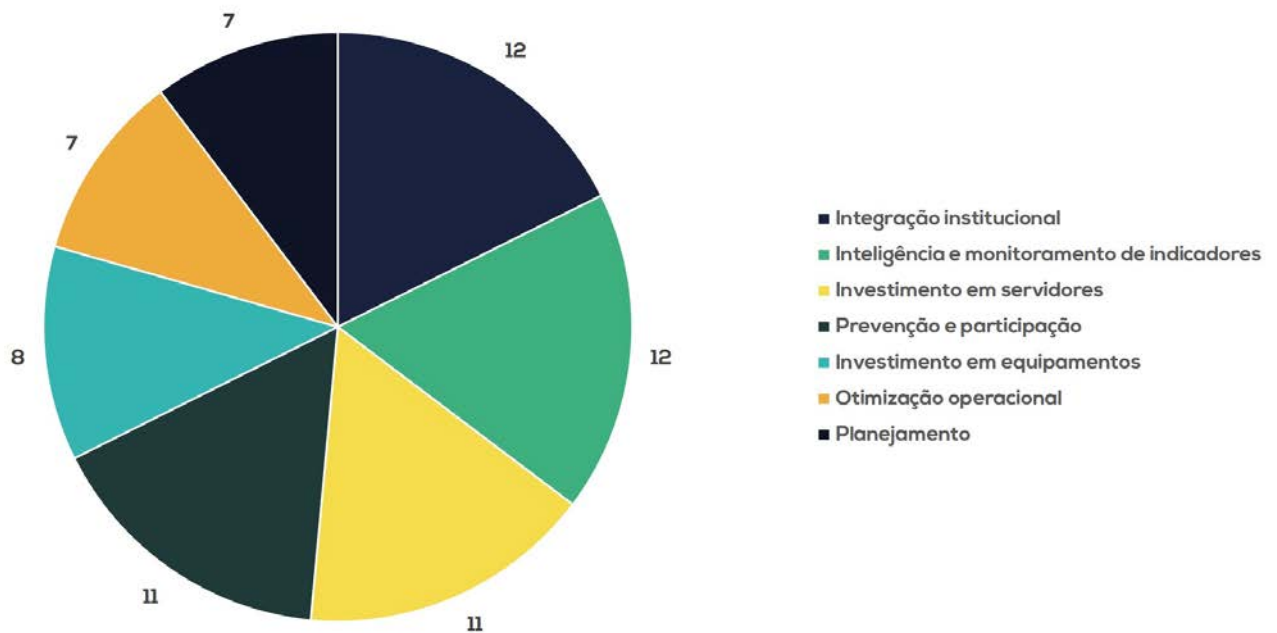
Porém, considerando que o pacto federativo brasileiro optou por delegar o gerenciamento das polícias Civil e Militar aos estados e ao Distrito Federal, o monitoramento não pode estar assentado apenas na ideia de centralização dos dados na União. Temos que garantir autonomias federativas e, ao mesmo tempo, construir pactos técnicos, políticos e metodológicos que permitam comparabilidade. O país precisa ter um sistema transparente de monitoramento e avaliação política e estratégica, que ajude na definição de grandes metas de atuação articulada entre os diferentes atores e instituições envolvidas na temática.

Há uma grande lacuna de conhecimento gerada não pela falta de trabalho, de dados ou de investimento, mas pela opacidade provocada pelo permanente estado de emergência que uma visão meramente operacional causa. E, nesse processo, novos recursos humanos, financeiros e materiais são alocados pelos dirigentes políticos mais em função daquilo que é entendido eleitoralmente/socialmente como prioritário do que aquilo que seria fruto de políticas públicas mais precisas e eficientes.

Há a pulverização de ações e atividades sem muita clareza de foco de intervenção. E isso fica nítido a partir de um levantamento feito pelo Fonte Segura para mapear possíveis medidas governamentais associadas à redução dos crimes letais intencionais no Brasil. Secretarias estaduais de segurança e polícias civis e militares de todas as Unidades da Federação foram questionadas acerca dos programas e ações por elas desenvolvidos entre os anos de 2017 e 2018. Como resultado, foram obtidas respostas de 8 das 27 secretarias de segurança pública¹; de 6 das polícias civis²; e de 6 das polícias militares³.

Observou-se que ações de integração institucional e de inteligência e monitoramento de indicadores são desenvolvidas por 12 estados; de investimento em servidores e de prevenção e participação por 11 estados; de investimento em equipamentos por 8 estados; e de otimização operacional e de planejamento por 7 estados.

Ações e programas desenvolvidos pelas secretarias de segurança pública e polícias civis e militares entre 2017 e 2018, por tema



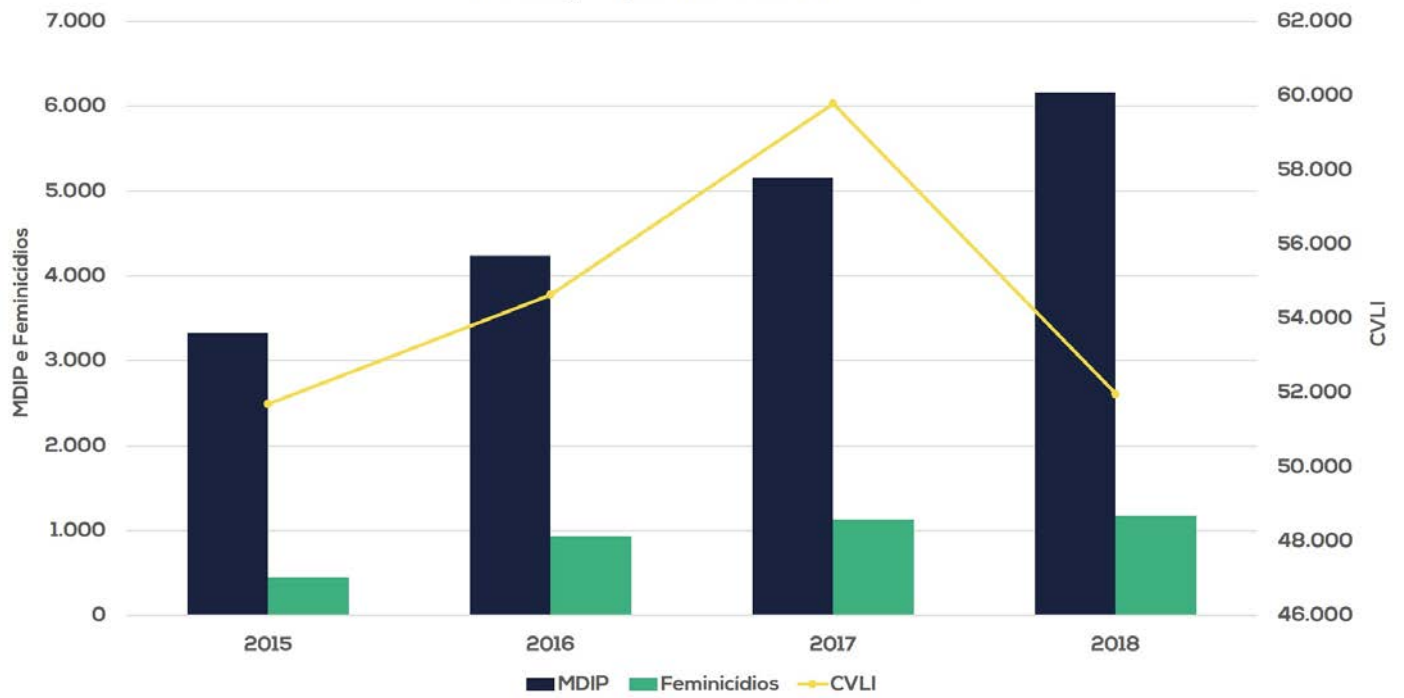
Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de informações fornecidas pelas secretarias estaduais de segurança pública, polícias militares e polícias civis.

Por outro, nota-se que houve um esforço para estruturar as ações policiais em torno do tripé considerado pela literatura especializada como o mais eficaz na redução e no controle de indicadores criminais: estruturação de sistemas de análise criminal e de fixação de metas orientadas por problemas, à semelhança do modelo CompStat, dos EUA, que faz uso intensivo de informações; aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal; e aproximação com a população.

Pelos dados coletados, no entanto, é possível afirmar que nenhuma política nacional seja a responsável pela queda nos números de violência letal. Outras variáveis estão presentes e é necessário identificá-las. Não existe um fator explicativo para a redução dos homicídios que tenha sido nacionalmente implementado. É importante comemorar, mas para que não estejamos diante de uma fresta de sol em meio à tempestade, não podemos nos deixar levar pelas paixões.

Até porque, se olharmos para todos os indicadores de mortes violentas, veremos que os feminicídios e as mortes decorrentes de intervenção policial estão crescendo. A queda é desigual e parece responder à lógica do crime organizado em torno do tráfico de drogas e de armas e das respostas públicas frente aos desafios criados por ela. Para compreender essa complexidade de fatores, convidamos alguns colunistas para analisarem o cenário atual da área, o que farão na seção "Múltiplas Vozes".

Evolução dos Crimes Violentos Letais Intencionais, Femicídios e Mortes decorrentes de intervenções policiais, Brasil, 2015-2018



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Monitor da Violência e do SINESP/MJSP.

Notas:
 [1] AM, BA, MT, MS, MG, PE, RO, TO
 [2] AL, MS, PA, PI, RS, RO
 [3] GO, MT, MS, MG, RS, SC

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/template-1-tema-da-semana-bobi5>

